

COMISSÃO DA VERDADE (11)

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

25/02/2013

COMISSÃO DA VERDADE.**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****25/02/2013**

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vinte e cinco de fevereiro de 2013. Auditório Teotônio Vilela.

Roteiro. Está instalada a 11ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 25 de fevereiro de 2013, na Assembleia Legislativa, Auditório Teotônio Vilela, para oitiva de depoimentos sobre o caso Virgílio Gomes da Silva, desaparecido em setembro de 1969.

Então, pediria para algum dos integrantes da Comissão, que lesse o memorial sobre o Virgílio, e demais documentos. Com a palavra, Thaís Barreto.

A SRA. THAÍS BARRETO – Olá. Boa tarde a todos. Preparar aqui.

Virgílio Gomes da Silva, desaparecido no dia 29 de setembro de 1969. Ele nasceu no dia 15 de agosto de 1933, em Santa Cruz, Rio Grande do Norte; e pertencia à Ação Libertadora Nacional, ALN.

Virgílio Gomes da Silva era de origem humilde, nascido no Rio Grande do Norte. Junto à família, vagou por diversos pontos do país. No Rio Grande do Norte, seu Estado natal, tendo uma vida sem perspectivas, partiu para São Paulo. Chegando à capital paulista, sem perspectiva, trabalhou como garçom, balconista, mensageiro e segurança de empresa. Por fim, comprou um bar, vendendo um pouco depois.

Em 1957, passou a trabalhar, como operário, na empresa Nitro Química. No mesmo ano, ingressou no PCB e passou a atuar no movimento sindical. Mais precisamente, no Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo.

Como dirigente sindical, liderou greves importantes da categoria. Numa delas, ao tentar paralisar a empresa Lutfalla, ele e um operário foram gravemente feridos por disparos efetuados por um dirigente da empresa. Após esse incidente, Virgílio passou a atuar apenas no Sindicato, de onde saiu só em 1964, por ocasião do golpe. Por essa época, foi preso por 15 dias; seis meses; depois, fugiu para o Uruguai, mas ficou por pouco tempo, logo retornando ao Brasil.

Em 1967, fez parte da Dissidência do PCB; e, já na ALN, partiu para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha, entre os anos de 1967 e 1968.

Em 1969, no mês de setembro, comandou a ação de sequestro do Embaixador Americano Charles Burke Elbrick. No mesmo mês, foi preso pela OBAN – Operação Bandeirante - em São Paulo.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Foi preso, no dia 29 de setembro de 1969, na Avenida Duque de Caxias, em São Paulo, por agentes da então Operação Bandeirante. Virgílio foi levado, encapuzado, à sede da OBAN.

Lá, foi vítima de torturas e sevícias, tendo sido trucidado por seus algozes. Não por acaso, faleceu 12 horas depois de dar entrada no prédio da OBAN. No mesmo dia, foram detidos pela polícia a sua mulher Hilda, e três dos seus quatro filhos. A esposa ficou presa por nove meses, permanecendo incomunicável, enquanto durou a prisão. A fonte é o dossiê da “Ditadura, Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil”.

Agentes policiais do Exército envolvidos. Major Innocencio Fabrício de Mattos Beltrão; major Waldir Coelho; capitão Benone Arruda Albernaz; capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirilo; capitão Maurício Lopes Lima; Homero César Machado; delegado Gonçalves Moreira Júnior; sargento da PM de São Paulo, Paulo Bordini; agente de polícia Maurício de Freitas (vulgo Lungaretti); agente de polícia Paulo Rosa (vulgo Paulo Bexiga); agente da Polícia Federal, conhecido como Américo; delegado Raul Careca; e capitão da PM, Coutinho.

Providências posteriores. Virgílio Gomes da Silva teve seu desaparecimento reconhecido como de responsabilidade do Estado, conforme a Lei 9.940, de 1995. Em 2010, o Ministério Público Federal moveu ação cível pública, pedindo declaração de existência de relação jurídica entre agentes do Estado, que participaram diretamente da repressão e tortura, e a sociedade brasileira, assim como as vítimas da denominada Operação Bandeirante, onde está incluso Virgílio Gomes da Silva.

Na ação, é pedido que os réus ressarcam o erário dos prejuízos causados pelos atos ilícitos que praticaram enquanto agentes públicos. Uma vez que o Estado pagou indenização para muitos dos afetados pelo regime militar, assim, o MPF quer que os agentes envolvidos, devolvam os valores aos cofres públicos, e que os mesmos sejam responsabilizados civil e administrativamente.

São réus na ação, os militares reformados das Forças Armadas, Homero César Machado, Innocencio Fabrício de Mattos Beltrão e Maurício Lopes Lima. E o capitão reformado, da PM de São Paulo, João Thomaz.

Essa ação, além de demandar contra os acusados, também pede que a União e o Estado de São Paulo devem reparar danos imateriais, mediante pedido de desculpa formal a toda a população. Devem ainda, União e Estado de São Paulo, tornar públicas todas as informações relativas às atividades desenvolvidas na OBAN.

Essa ação está inscrita sob o número 0021967/66.2010.4.03.6100, e se encontra pendente de julgamento, nas Cortes Superiores STJ e STF.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Nós só vamos colocar um outro pen drive, com a contribuição do jornalista Antonio Carlos Fon.

Com a palavra, o jornalista Antonio Carlos Fon.

O SR. ANTONIO CARLOS FON – Eu queria pedir, antes de mais nada, à Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, que marcasse, que convidasse, outras testemunhas do assassinado do Virgílio Gomes da Silva; e a família do Virgílio; que nós só ficamos sabendo em cima da hora. Eu não estou preparado para prestar esse depoimento, mas quero mostrar, aqui, a foto de um dos assassinos do Virgílio.

Esse é o sargento PM Paulo Bordini, que era conhecido na Operação Bandeirante como Risadinha, porque ele é um psicopata, sádico, tem dezenas de mortes nas costas, matou dezenas de pessoas. Esse, era um assaltante, aqui de São Paulo, chamado Assis; era um bandido, aqui de São Paulo, chamado Assis, que foi morto por ele, pelo Risadinha, pelo Paulo Bordini, esse aqui.

Esse, foi um dos assassinos do Virgílio. Da câmara de tortura ao lado do Virgílio - eu estava no chão, eu tinha saído do pau de arara, para que usassem a câmara para matar o Virgílio - e eu ouvia o interrogatório e o espancamento do Virgílio e as risadas desse... desse indivíduo. Eu não sei como tratar, como chamar um animal desses. É um animal, um psicopata; não foi a única pessoa: nem esse, nem o Virgílio.

Esse cara matou dezenas de pessoas. A última informação que se tem dele, ele se aposentou e foi morar na região de Piracicaba. Não sei se ainda é vivo, ou não. É possível. Essa foto aí é de 1971, 1972; vê-se que não era tão velho; e é possível que ainda esteja vivo. Mas não tenho certeza.

A SRA. AMELINHA TELES – (inaudível – fora do microfone – 12:01).

O SR. ANTONIO CARLOS FON – Como? Mil novecentos e setenta e um. Então, essa foto era de 1971, e, como se vê, ele não era tão velho. É possível que ele esteja vivo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Fon, como você se emocionou muito, fica aí, sentado. Fica aí. Dá o microfone; e deixa aí, a foto, para ele poder falar. Deixa a foto. Fala sentado, pega o microfone; com calma, repete o que você falou, que não gravou nada. Dá o microfone pra ele. Dá um pouco de água. Põe a foto pra ele, de novo. Apaga a luz de trás pra dar um pouco de contraste. Dá o aparelhinho.

Com a palavra, Antonio Carlos Fon.

O SR. ANTONIO CARLOS FON – Essa, é a uma fotografia de um dos assassinos de Virgílio Gomes da Silva. Essa pessoa, que eu indico, aqui, com esse laser, o nome dele é Paulo Bordini, é um sargento da PM, sargento Paulo Bordini.

A última informação que eu tenho, é que ele se aposentou, e mudou para a região de Piracicaba. Pela idade, essa foto é de 1971. Vê-se que ele não era tão mais velho do que eu; é possível, ainda, que esteja vivo. Essa pessoa, esse animal, era claramente um sádico psicopata.

O Virgílio; e essa pessoa que está morta, aqui, no chão, que foi assassinada por ele, era um assaltante, aqui em São Paulo, chamado Assis; foi morto pelo Paulo Bordini. E o Virgílio e o Assis não foram as duas únicas pessoas assassinadas por esse psicopata. Ele é autor de dezenas de homicídios, vários, vários, sob tortura, na Operação Bandeirante e no DOI-CODI.

Eu estava sendo torturado por ele e por outros agentes da coisa; fui retirado do pau de arara, colocado em uma sala do lado, para que pendurassem o Virgílio, para que torturassem o Virgílio. E, da sala - era dividido só por uma divisória de Eucatex - eu podia ouvir os gritos, podia ouvir o interrogatório, e podia ouvir a risada histérica dele. Ele tinha o apelido de risadinha, porque ele ria, histericamente, enquanto torturava as pessoas.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado, Fon. Vamos lá. Então, primeiro eu quero ler a carta, que o Antonio... Antes de montar a Mesa. Agora, já pode acender a luz.

“São Paulo, 25 de fevereiro de 2013.

Excelentíssimos srs. deputados, membros da Comissão da Verdade Rubens Paiva.

Antonio Carlos Fon, brasileiro, casado, célula de identidade RG 3562972-1 SSP/SP, CPF 216468058-87, residente à Rua Bela Cintra, 188, apartamento 12, vem se colocar à disposição dessa Comissão, para prestar informações sobre o assassinato de Virgílio Gomes da Silva, morto em 29 de setembro de 1969, nas dependências da, então, Operação Bandeirante, mais tarde denominada de DOI-CODI, pelo II Exército, no qual foi testemunha auditiva.

Nessa condição, e para não tomar muito tempo dessa audiência pública, caso a Comissão Rubens Paiva se digne a ouvi-lo, pede que determine dia, hora e local para tomar seu testemunho, o qual terá condições de identificar, normalmente, quatro assassinos de Virgílio, sendo que, de um deles, pode até apresentar fotografia.

Solicito, ainda, para que sejam igualmente convidados a depor, a Sra. Hilda Gomes da Silva, viúva de Virgílio, Celso Antunes Horta e Maria Aparecida Santos, igualmente testemunhas do assassinato.

Respeitosamente,

Antonio Carlos Fon.

25 de fevereiro de 2013”.

A Vivian está me dando, aqui o original, o convite que foi feito no dia 6 de fevereiro de 2013, que foi, por e-mail, às 15h58. Então, eu quero pedir desculpas, publicamente; embora o Fon tenha sido confirmado hoje, há meia hora atrás, ele veio, compareceu, trouxe e se colocou. Eu quero pedir desculpas, por esse mal entendido.

Vamos levantar a tela. Vamos chamar as pessoas que foram convidadas.

A Dona Hilda Martins da Silva; o Domingos Galante; o Virgílio Gomes da Silva Filho. E, evidentemente, que o Fon compõe a Mesa, se puder, se quiser, ou não; e se puder depor hoje, senão deponha em outro dia, devidamente preparado.

Também está presente o procurador da república Dr. Sérgio Suiama, que investiga o caso do Virgílio no Ministério Público Federal, que eu também queria chamar para compor a Mesa.

Eu vou me sentar.

Tem duas publicações, patrocinadas pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo: essa revista, do Sindicato dos Químicos; e esse pequeno livro contando a história de Virgílio – “Virgílio Gomes da Silva, de retirante a guerrilheiro”.

Revistas, tem bastante. Livros, têm poucos. Quem não tem o livro, pode retirar com o pessoal aqui da Comissão - com a Vivian.

Então, compõem a Mesa: Dona Hilda; Virgilinho; Antonio Carlos Fon; Domingos Galante; e, à minha direita, o Dr. Suiama.

Um microfone sem fio, para Dona Hilda, está aqui.

Dona Hilda, boa tarde.

A SRA. HILDA MARTINS GOMES DA SILVA – Eu sou a viúva de Virgílio Gomes da Silva. Tenho quatro filhos; na época, pequenos. Minha filha tinha quatro meses. Eu já começo a ficar nervosa.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, deixa o Virgílio começar. Tem a sua menina lá, também. Vem para a Mesa. Vem pra cá. Fica aqui do lado da Amelinha.

Virgílio Gomes da Silva Filho. Começa. Depois, é só a sra. falar, a hora que a sra. quiser, é só falar. Vamos lá.

O SR. VIRGÍLIO GOMES DA SILVA FILHO – Boa tarde. Meu nome é Virgílio Gomes da Silva Filho.

Vamos tentar conversar, falar, explicar, aqui, o motivo da nossa presença.

Sempre é muito emocionante tocar nesse assunto, mas é necessário.

Eu tenho 51 anos. Na época em que aconteceu o desaparecimento do meu pai, eu tinha 6 anos de idade. Eu sou o 2º filho, de quatro. Tem o Wladimir Gomes da Silva, o irmão mais velho. Segue eu.

Tem o Gregório Gomes da Silva, que é o meu outro irmão; e a Isabel Maria Gomes da Silva, que era a caçula na época. Como falava a minha mãe, ela tinha apenas 4 meses de nascida.

Eu queria começar o meu depoimento, ressaltando a importância do surgimento da Comissão da Verdade, tanto estadual como federal, pelo papel histórico que ela tem. A importância, tão grande, de que se resgatem esses fatos; sejam esclarecidas as circunstâncias em que ocorreram cada um dos assassinatos, das mortes, dos desaparecimentos, tanto de presos políticos, como daqueles que nem foram presos, foram executados antes mesmo de serem presos. O que não diminui e nem aumenta a barbárie da época. A barbárie foi a mesma.

De tal forma, eu queria ressaltar a importância da criação e do trabalho dessa Comissão; e agradecer a oportunidade de a gente poder estar aqui dando o nosso depoimento.

Bom, 42 anos passados do assassinato do meu pai, as lembranças continuam sendo as mesmas. Nada vai conseguir trazer ele de volta; mas, sim, o que nos traz aqui, é exigir, pedir para que sejam esclarecidas essas situações em que foram executados, e sejam julgadas as pessoas que estiverem envolvidas no caso.

O caso de serem julgados, ou não, isso aí compete aos órgãos pertinentes. Porém, existe, do outro lado, a revolta e a necessidade do sentimento de justiça. Porque é muito ruim, é muito duro, a gente ver que pessoas que usaram o Poder Público contra o povo - o que é totalmente contraditório, porque eles estavam ali para servir o povo - ainda hoje desfrutem de cargos políticos, ainda hoje desfrutem de aposentadorias, ainda hoje desfrutem de regalias, que saem do bolso do contribuinte. Isso aí é uma vergonha.

Isso aí, a gente tem que esclarecer, e colocar, para todo o povo brasileiro, o que essas pessoas realmente fizeram; o que essas pessoas com sadismo, Fon, conseguiram executar.

E não só os executores, como também os mandantes. Quem estava no poder, naquela época, prefeitos, delegados, e tantos outros que tinham obrigação de zelar pela segurança da população. Eles estavam fazendo o contrário.

Nós, como crianças, fomos privadas de desfrutar do carinho, da educação, de todo o acompanhamento que um pai pode dar aos seus filhos. Isso, não tem como voltar atrás. Não tem como se recuperar isso. Mas tem como se recuperar a memória. E, isso, passar para as novas gerações. E, isso, inculcar. E, aparecer nos livros de ensino da História do Brasil, onde essas páginas, são páginas negras. O livro de história do Brasil deveria ter, do 1964 até o ano de 1979, 1980, toda ela pintada de preto, para que se soubesse, em um livro naquele período, que foi um período negro. E que todo mundo soubesse disso.

Então, eu estou aqui para o que a Comissão precisar esclarecer. O que estiver ao meu alcance. Eu era uma criança de 6 anos. Muitas lembranças que temos, às vezes elas se misturam com fantasia, devido a relatos que a gente escuta de companheiros do meu pai, na época.

Mas tem muitos deles, como o dia em que a gente foi preso, isso aí está vigente na minha memória, não vai sair nunca. O fato de a gente ter sido tirado da nossa mãe, e colocado no Juizado de Menor, e sem a expectativa... Não tinha a noção do que poderia

acontecer. E isso leva a traumas, leva a sofrimento, que dura e demora a curar. Então, me coloco à disposição da Comissão, para o que precisarem; para a gente chegar ao esclarecimento dessa situação.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado, Virgílio.

O jornalista Antonio Carlos Fon.

O SR. ANTONIO CARLOS FON – Ai. Virgílio era o meu companheiro, era meu comandante. Eu conheci vocês, crianças, na minha casa. A Hilda, ainda grávida da Isabel. O Virgílio foi preso na minha casa. Eu fui preso às 6h30 da manhã, e ele foi preso algumas horas depois, quando chegou à minha casa. Aí, foi levado para a Operação Bandeirante; eu estava sendo torturado; e eles têm três câmaras de tortura - em duas, tem pau de arara, e, na terceira, não tinha. Eu estava pendurado no pau de arara, e me tiraram do pau de arara, para pendurarem teu pai. Aí, eu fui colocado na sala ao lado, e eu ouvi o assassinato do comandante Jonas.

Eu estou muito emocionado; tive a confirmação dessa audiência meia hora antes; estava sabendo na semana passada, mas não tinha a confirmação. E, além da emoção, eu não pude me preparar convenientemente para prestar depoimento. Eu acho que é importante, também, que esse depoimento seja prestado junto com os companheiros; Celso Luiz Horta, que estava sendo torturado na terceira câmara de torturas, torturado ao mesmo tempo em que seu pai, e também ouviu os gritos do assassinato.

A Darci Miyaki, diz que a gente não ouve os gritos do companheiro, quando a gente mesmo está gritando. A gente só ouve os gritos dos companheiros, nos intervalos dos nossos próprios gritos. Mas, o Celso ouviu os do seu pai; como eu ouvi, depois que saí do pau de arara, ouvi os gritos do teu pai; e do Celso. Eu quero ter mais tempo para me preparar, e contar isso.

Agora, eu quero te dizer uma coisa: eu me orgulho, eu me orgulho, muito, de ter conhecido o Virgílio, de ter conhecido o comandante Jonas.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos passar a palavra para o companheiro Domingos Galante.

O SR. DOMINGOS GALANTE – Eu fui Presidente do Sindicato; o Virgílio foi da minha categoria; eu fui dirigente sindical de 1982 a 1989.

E conheci o Virgílio de forma indireta, pelo depoimento de antigos dirigentes do Sindicato. O Sindicato teve intervenção, em 1964. E nós tentamos recompor a história, via nossa documentação; mas o Sindicato tem um período grande que não tem livros, não temos documentos, não temos nada. Por que o Sindicato foi limpo; talvez, não só pelos agentes da ditadura, mas, inclusive, pelos próprios dirigentes, que tiraram esses documentos para evitar que fossem usados como prova.

O Virgílio, foi um membro da categoria muito importante. Na realidade, ele nunca foi diretor do Sindicato. Como havia muitos dirigentes do PCB; e o Virgílio era um homem do Partido, e um dirigente importante, muito valoroso, muito corajoso e todos os companheiros lembram-se; esses antigos companheiros lembram demais do Virgílio. Inclusive, como se contou aqui, ele foi baleado. Ele foi um dos líderes da greve de 1963, pelo 13º. Ele teve um papel muito importante, em toda zona leste, organizando o movimento sindical.

Ele era tão importante para o Sindicato que ele foi alçado - a Categoria toda o conhecia como diretor do Sindicato, mas na realidade ele não era diretor. A diretoria o colocava junto com membros da diretoria. Ele era conhecido e respeitado como diretor do Sindicato. Então, o Virgílio era uma figura inestimável para os químicos. Nós temos até um clube de campo que tem o nome dele. Nós temos uma lembrança dele; a Secretaria de Direitos Humanos montou um busto, lá, para ele. E ele é muito importante.

Então, fica aqui o meu depoimento, não tanto pela Comissão da Verdade, mas pela lembrança dos seus companheiros de categoria; e da diretoria toda. É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu vou aproveitar esse intervalo das falas, para dizer que está aqui presente meu companheiro, meu irmão, João Paulo Rillo, membro dessa Comissão.

Com a palavra, Dr. Sérgio Suiama.

O SR. SÉRGIO SUIAMA – Só uma correção, Deputado. Eu não sou o responsável pelo caso do Virgílio. Eu fui convidado, hoje, para falar sobre o caso do Aluísio Palhano.

Eu estou verificando, aqui, o caso do Virgílio; há um inquérito policial em andamento, para apurar a execução sumária e a ocultação, depois, do cadáver do Virgílio; e há um número, aqui, do inquérito, e eu gostaria passar para a Comissão.

Salvo engano, a colega, procuradora que cuida desse caso, é a colega Elisabeth Kobayashi. Eu só estou pedindo para confirmar o nome do procurador, talvez como uma recomendação à Comissão; é que haja algum tipo de moção de apoio às investigações, ou um pedido para que sejam esclarecidos completamente esses fatos.

O número do inquérito - não sei se a assessoria, a secretaria, aqui, gostaria de marcar - é o Inquérito Policial nº 0031/2011-3; esse é o número que o inquérito recebeu na Polícia Federal. E o número do Ministério Público Federal, nesse caso, é o número 1.34.001.007487/2009-54.

Esse inquérito policial, então, foi instaurado no ano de 2009, a partir da iniciativa dos colegas Marlon Alberto Weichert e Eugênia Gonzaga; e esse, então, salvo engano, a Polícia Federal somente cuida de dois casos da ditadura. Todos os outros casos da ditadura estão sendo investigados pelo próprio Ministério Público Federal. Então, esse caso, diversamente do que acontece normalmente, está sendo investigado pela Polícia Federal de São Paulo, no âmbito desse inquérito policial que eu passei o número.

Então, como uma sugestão para a Comissão, é que seja feita, ou uma reunião com o procurador e o delegado responsáveis, ou, então, algum tipo de moção, algum tipo de gestão, para que esse inquérito seja concluído o mais rapidamente possível, para que essas pessoas sejam responsabilizadas.

O sr. gostaria que eu falasse sobre o caso do Aluísio, ou falamos depois?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Do Aluísio, depois. Como está todo mundo do Virgílio, aqui, o sr. não poderia fazer nenhum comentário sobre esse documento? Só vai entregar?

O SR. SÉRGIO SUIAMA – Esse aqui é o caso do Aluísio. O inquérito do Virgílio, como eu dizia, não sou responsável por ele. Então, não sei informar exatamente qual é o andamento, qual é a situação atual, desse caso do Virgílio.

O SR. DOMINGOS GALANTE – Deputado, a iniciativa foi do Sindicato...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Domingos Galante, com a palavra.

O SR. DOMINGOS GALANTE – A iniciativa foi do Sindicato, que pediu a investigação civil e criminal. A diretoria do Sindicato que solicitou isso, em 2009.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Com a palavra, Antonio Carlos Fon.

O SR. ANTONIO CARLOS FON – Esse inquérito já deve estar sendo concluído. Eu depus, como testemunha nesse inquérito, no início do ano passado, na Polícia Federal. E, estavam faltando ser ouvidos, a Maria Aparecida Santos... Não, a Maria Aparecida Santos foi ouvida junto comigo, no mesmo dia que eu fui ouvido; faltava ouvir o Celso Horta e o Manoel Cirilo, como testemunhas nesse inquérito. Eu creio que o Celso Horta também já foi ouvido. Então, esse inquérito deve estar sendo concluído. A não ser que tenha sido pedida alguma diligência; mas esse inquérito deve estar sendo concluído.

O SR. SÉRGIO SUIAMA – Eu mandei uma mensagem ao meu secretário, pedindo o nome do procurador responsável; assim que eu tiver essa informação, eu passo por e-mail para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Dona Hilda, pode falar.

A SRA. HILDA MARTINS DA SILVA – Boa tarde. Eu vou ver se eu consigo falar alguma coisa, porque eu fico muito nervosa, quando toco nesse assunto.

Boa tarde a todos, em primeiro lugar; e obrigada pela presença. O Virgílio foi assassinado dia 30 de setembro de 1969, em São Sebastião. Eu estava em São Sebastião, nessa época, e ele veio para cá; foi quando pegaram ele. E, no dia 30, vão em São Sebastião, e me pegam; eu, e meus três filhos. O Wladimir, o Virgílio e a Isabel, que na época a Isabel tinha apenas 4 meses, só.

Vocês me desculpem.

Eles levaram a gente para a Operação Bandeirante, e lá começaram, na presença deles mesmos, começaram já a fazer interrogatório, a fazer perguntas, aí me separaram deles.

Eu não queria me separar deles, de jeito nenhum. Mas veio uma freira, pegou eles, e levou para o DOPS. Aí, parece que eles ficaram dois dias no DOPS; depois, foram pro Juizado de Menores.

Ficaram dois meses no Juizado de Menores; a Isabel, que tinha quatro meses, só, foi hospitalizada, quase morreu; eu fiquei presa nove meses, e, quatro deles, incomunicável. Eu não podia ver meus filhos, não podia saber deles. Todo mundo recebia visita, e eu não recebia visita. Como se eu fosse a maior terrorista do mundo. E eu não tinha nada. Eu não participei em nada. Foi a tortura mais grande, pra mim, me separar dos meus filhos.

Quando eu soube da morte do meu marido, do Virgílio, aí foi um desespero grande, porque eles diziam que não; que eles não tinham matado ele; ele, talvez, tivesse fugido; ou, talvez, tivesse até em Cuba, eles falavam “Agora, ele deve estar em Cuba”; era o que eles me falavam. Mas, depois, eu fiquei sabendo, pelas próprias companheiras que estavam presas, que tinham assassinado ele.

Aí, minha família arrumou um advogado e tirou meus filhos do juizado; minha família ficou responsável por eles até eu sair, nove meses depois.

Aí, eles pediram dois anos, ou três anos aqui, não me davam trabalho; eu não podia sustentar meus filhos, porque todo trabalho que eu arrumava, me mandavam embora. Uma vez, porque eu tinha filhos e não podia trabalhar; outra vez, porque eu não era produtiva; sempre me mandavam embora.

Então, a Rose e o marido, o Clauset, me perguntou se eu queria ir para Cuba; aí eu falei que sim, que eu queria ir pra lá; aí, fomos para Cuba, em 1971. A gente foi para o Chile, ficou um ano no Chile, e depois a gente foi para Cuba, em 1972.

Aí, Cuba formou meus filhos, educou meus filhos; são todos engenheiros, graças à educação que Cuba deu a eles. Eu sou eternamente grata, por isso, a Cuba.

Quando foi em 1960, já todos meus filhos formados, eu queria que eles tivessem convivência com a minha família aqui no Brasil, porque eles não conheciam a família. A Isabel, pelo menos, coitadinha, e o Gregório, que tinha apenas 2 anos e 4 meses, não conheceu o pai. Para elas, o pai, é pai, só. Não tem a figura do pai, não tem o carinho do pai, porque ela não chegou a conhecer o pai; nem ela, nem o Gregório.

Eles dois, ainda, o Wladimir e o Virgílio, ainda teve um pouco de – uns aninhos de convivência - com o pai. A Isabel, não tem convivência nenhuma com o pai, o Gregório também não, e isso daí é uma coisa que ela carrega para o resto da vida. De não saber como era o pai dela. Ela conhece o pai dela pela fotografia, só; e porque eu falo.

Aí, quando foi em 1992, a gente regressou, porque tinha que ter convivência com a família, aqui, um pouquinho, também; porque eles não conheciam a família, não tinham convivência com a família; e, pelo menos, já não teve convivência com o pai, então teve convivência com a família, com a minha família.

Então, voltamos todos para cá.

Em 2004, foi quando o Mário Magalhães estava fazendo uma procura nos documentos, para fazer um livro sobre o Marighella; e, aí, foi onde eles encontraram o laudo da morte do Virgílio. E, aí, foi onde, foi a certeza, mesmo, da morte dele. Porque tem a fotografia dele, tem o nome dele, tem os documentos dele, tudo no laudo. E, aí, foi onde ficou tendo a certeza, mesmo, de que ele estava morto e desaparecido. E, aí, foi que a gente começou, já, querer a busca do corpo dele, e saber onde que foi enterrado, saber o que tinham feito com ele, mas tudo dificultava.

Depois, com a colaboração do Sindicato dos Químicos, e o grupo Tortura Nunca Mais, se responsabilizaram por essa causa; e foi onde abriram os processos para buscar o corpo do Virgílio. E, foi em 2009, que começaram as buscas, no cemitério da Vila Formosa.

A Polícia Federal veio aí, fez as buscas, cavaram várias sepulturas, mas parece que, até hoje, eles não deram resultado do DNA, porque estava faltando só isso, aí, para resolver se ele está nessa ossada que tiraram, ou não.

Então, o meu agradecimento, mesmo, ao Sindicato, que lutou muito por isso, e ao grupo Tortura Nunca Mais, através da Rose, que ela também se esforçou muito por isso. O Doutor Lúcio, que é o advogado que também andou atrás dessa causa; e, ainda, estão atrás de tudo isso saí.

Agora, só esperamos resultados pela Comissão da Verdade, agora, ver o que pode resolver disso daí. E, se precisarem mais algum esclarecimento, precisarem mais alguma coisa, estou aqui, à disposição. E me desculpem o meu nervoso, porque, tocar nesse assunto, para mim, é duro. Obrigada a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isabel, quer dar uma palavrinha?

A SRA. ISABEL – Eu não tenho lembrança.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Amelinha. Amélia Teles.

A SRA. AMELINHA TELES – Boa tarde, a todas as pessoas aqui da Mesa, e do Plenário.

Eu não conheci o Virgílio Gomes da Silva. Eu conheci a Dona Isabel, a mãe do Virgílio, que, na época da ditadura, fazia parte da Comissão de Familiares; e que era uma guerreira, aquela mulher. Ela lutava, muito, para denunciar todas as barbaridades que foram cometidas, não só contra o Virgílio, mas contra todos - ela defendia todos os presos políticos.

Ela tinha, ainda, um filho, o Chiquinho, que ficou preso muito tempo, 10 anos no presídio, e eu queria, aqui, também, lembrar da Dona Isabel. Ela foi uma figura importante; ela participou, muito, em muitos momentos, com a gente, indo e vindo, quantas vezes nós fomos de ônibus para Brasília. A gente viajava, ali, 16 horas, e ela já era uma senhora já de mais idade. Às vezes, ficava com as pernas inchadas, de tanto ficar sentada no ônibus, mas ela ia. Se a gente chamasse a Dona Isabel: “vamos embora?” “Vamos embora”. Para denunciar as ameaças aos presos políticos.

E queria lembrar, também, que o Virgílio Gomes da Silva, nessa nossa luta para denunciar os desaparecidos políticos, nós podemos dizer que a ditadura foi criando a figura do desaparecimento forçado, com o caso do Virgílio. O Virgílio, praticamente, é o primeiro desaparecido político. O que eles fazem? Eles não comunicam. Aqueles comunicados: terrorista morto em tiroteio, ou terrorista se suicidou, ou foi atropelado; no caso do Virgílio, não tem nenhum comunicado, nenhum comunicado à Imprensa por mais distorcido e por mais mentiroso que seja.

E, quando há a abertura da Vala de Perus, a Comissão de Familiares vai fazer uma pesquisa no Instituto Médico Legal; e, lá, nós encontramos o pedido, a requisição de exame. Parece que o número é 4059 - esse documento -, e era, ali, era desconhecido; e tudo fazia, tudo parecia que era o Virgílio. E eles falavam que esse corpo tinha sido encontrado no Jardim Ibirapuera. Quer dizer, a Operação Bandeirante era ali no Paraíso;

o Jardim Ibirapuera ficava lá perto do Campo Limpo. Quer dizer, esse corpo, eles contavam a história assim, né, naquela requisição de exame.

E, o que eu quero falar aqui, é que houve toda uma construção do desaparecimento, não dando a notícia da morte, ocultando cadáver – ocultando cadáver; colocou um número; e é interessante que, junto do número, tinha FF, fichado e fotografado. Ele foi fichado e fotografado, mas nós não tivemos acesso nem à ficha nem à fotografia.

Depois, anos mais tarde, o Mário Magalhães vai nos arquivos públicos, e acha essa ficha, que nós tanto procuramos. Mas, isso, foi toda a estratégia da ditadura para ocultar o cadáver; que a gente não tivesse informação. Ele praticamente, eu nunca gosto de afirmar com toda certeza, principalmente numa Comissão da Verdade, porque a ditadura fez tanta barbaridade, cometeu tantas atrocidades, por esse Brasil afora... Mas, do que nós temos registrado, o Virgílio é o primeiro desaparecido político, com certeza, do nosso registro. Não digo que seria o primeiro desaparecido político da ditadura, porque essa ditadura cometeu, não digo com toda certeza, mas que, no nosso registro, ele é o primeiro desaparecido político, Virgílio Gomes da Silva.

Então, é um nome que nós, familiares, mesmo não tendo conhecido, tivemos o prazer de conhecer a família toda; porque a família é tão doce, tão cheia de ternura, e eu penso assim, “Gente, a família do Virgílio é a família que está sempre receptiva, sempre receptiva, sempre solidária, e eu me lembro, muito, da Dona Isabel”. Dona Isabel, que era uma pessoa de luta, uma guerreira.

Então, esse caso eu queria que ficasse registrado, aqui na Comissão da Verdade, como o nosso registro, também, da Comissão de Familiares, como o primeiro desaparecido político da ditadura militar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu queria só registrar o seguinte: recentemente, foi encontrada uma vala comum na Vila Formosa, no Cemitério de Vila Formosa, não com a mesma... Bom, ninguém sabe o que tem lá dentro; foi encontrada uma vala comum, na Vila Formosa, com uma quantidade muito grande de ossadas, todas misturadas; e foi descoberto que, além dessa vala, tinha valas no cemitério, no próprio cemitério, essa vala em frente ao prédio da administração. É uma vala redonda, que estavam depositadas muitas ossadas do período da ditadura; não se sabe se proveniente do esquadrão da morte ou de presos políticos; e foi feita uma laje, em cima, e esmagou uma quantidade muito grande de ossos.

Essa vala está selada lá, para posterior exumação. Mas, tinha uma informação que Virgílio Gomes da Silva e o Sérgio Corrêa, estavam lá enterrados. Houve algumas diligências do grupo Tortura Nunca Mais, e dos Familiares de Mortos e Desaparecidos, para identificação da vala do Virgílio, e do Sérgio Corrêa.

O cemitério, a localização das valas, estava muito alterada, muito mexida. Embora alguns restos mortais tenham sido de lá retirados, para posterior identificação. Esse assunto está suspenso, está parado, para que, agora, após a instalação da Comissão da Verdade, haja condição de se identificar a sepultura; se ele está lá, mesmo, se aqueles ossos de lá retirados pertencem ao Virgílio Gomes da Silva.

Depois, era até bom, se alguém que acompanhou, além dos familiares - se alguém que acompanhou: Domingos Galante, o próprio Fon, ou a Amelinha, tem mais informações.

Outra coisa que eu queria dizer, é o seguinte, muita coisa tem se dito sobre as crianças que foram sequestradas na ditadura. A Dona Hilda, com muita emoção, e o Virgílio Filho, tentaram falar. É importante Amelinha, que você contasse, dentro do capítulo das crianças que foram sequestradas, para até dar um pouco mais de força, e para a família ter um pouco mais de gás para falar, se você podia contar a história dessas três crianças que foram sequestradas, presas com a Dona Hilda; sequestradas, e todo o drama que foi até eles se reencontrarem, e tudo mais. Eu acho que é importante - embora a Dona Hilda tenha começado a falar - eu acho que era importante que ficasse registrado nessa reunião.

Domingos, você poderia falar um pouco sobre Vila Formosa? Ou vamos aguardar uma outra audiência, para falar sobre isso?

O SR. DOMINGOS GALANTE – Eu acho que é importante, como você iniciou, foram, praticamente, duas semanas de escavações, e o arruamento do cemitério, ele foi muito alterado.

Eu participei das audiências, em que, em torno de oito a 10 administradores do cemitério, depuseram nesse processo que o dr. citou, esse inquérito policial. E o que se mostrou, foi o seguinte: um verdadeiro caos de Vila Formosa. Um verdadeiro caos. Nem os administradores... Teve administrador regional, do tempo do Jânio Quadros, se não me engano, que disse que foi quatro vezes ao cemitério - em dois anos, de diretor, ele foi quatro vezes.

Então, aquilo ficou ao deus dará. O cemitério, quando se refazia arruamentos, se redesenhava quadras - e não se registrava o que se fazia. Então, onde havia corpos enterrados, passavam-se ruas em cima. Plantou-se árvores; e, é interessante que, em especial, na quadra 47, que era a do Virgílio, foi uma das mais tumultuadas.

Registros, pouquíssimos. Pouquíssimos. E, o que se tentou foi baseado em fotos da época; inclusive, o deputado conseguiu uma foto, acho que de 1967, se não me engano, antes do enterro do Virgílio. Com o acompanhamento de fotos, uma foto aérea, inclusive, com a tentativa de... A localização, foi feita com esses sistemas de satélite; então, pegou-se um antigo desenho do cemitério, em 1967, e localizou-se geodesicamente, a localização. Depois, se trouxe essa localização, para a atualidade. E foi em torno dessa localização, que no entorno cavou-se, e foi-se até às últimas sepulturas.

Retiraram-se 16 ossadas. Algumas, liminarmente eliminadas, porque os legistas imediatamente perceberam que eram mulheres, ou crianças; então, algumas ossadas foram liminarmente eliminadas. Dezesseis foram para exame, e fazem parte do que foi recolhido para a Polícia Federal, para se fazer exame de DNA; e, não sei, parece que ainda não foi feito. Inclusive, tentou-se, nessas 16 ossadas far-se-ia, também, um exame levando em conta o tamanho do Virgílio, a sua estatura – alguns, eu não sei, a minha linguagem não é apropriada - tamanho dos ossos, ossatura, arcada dentária; mas as informações são muito frágeis. Enfim, essa ação liminar de escolha, escolheu essas 16 ossadas, e agora tem que se fazer o exame de DNA, que ainda está em andamento. Lembre-se que são ossos que ficaram 40 anos enterrados. Então, a precariedade do material, é muito grande. Então, vai precisar, inclusive, de muita sorte, para ter algum resultado.

Lembre-se que o Virgílio foi enterrado, possivelmente, na terra. Então, nem proteção alguma teve. Nem de um caixão, nem de coisa alguma. Então, a deterioração do material é muito grande.

Então, é isso que eu tenho de informe. Eu não sei se eu auxilio, aí. É isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quer falar um pouco das crianças? Esse capítulo...

A SRA. AMELINHA TELES – Eu acho que, em relação às crianças, são muitas as crianças que foram sequestradas. Com certeza, o caso dos filhos do Virgílio; são casos que têm que ser relatados, dentro da Comissão da Verdade; e apurado tudo isso. Mas são muitos. Outro dia, nós fizemos um levantamento rápido, tem mais de 50 crianças, só por aqui. Nós fizemos um levantamento rápido, dentro das nossas relações, hoje, aqui na cidade de São Paulo; porque nós não fomos nem para outros lugares. E aí, a gente pensou em fazer uma audiência - uma, duas, quantas forem necessárias; e organizar - só sobre as crianças.

E aí, eu pediria que, os filhos do Virgílio, viessem contar sua experiência. Viesse contar, aqui, a experiência, relatar; porque a ditadura, esse é um crime que não tem nome - pra esse crime. Porque todo crime que a ditadura cometeu, são crimes de lesa-humanidade. Agora, esse de prender crianças, sequestrar criança... No mínimo, a tortura psicológica aconteceu, no mínimo. Eu lembro bem do Virgílio, o Wladimir e o Gregório contando como é que foi, o que eles passaram. Tem até o filme '15 Filhos'; então, eu vejo, sempre, aqueles meninos contando essa história, contando como eles viveram esse momento.

Outras companheiras; como meu caso, também, meus filhos foram sequestrados, também; meu sobrinho, que nasceu na prisão. E têm casos – agora, eu tenho conversado muito com as mães - que elas só relatam agora. Elas não tiveram, nem as crianças nem a mãe, nunca relataram; vocês, pelo menos, com toda dificuldade que eu sei, com toda a carga emotiva, que é muito forte, vocês vêm a público, falar dessa dor. E tem gente que não veio. Como é difícil, como é difícil. Tem gente que não veio.

Então, a Comissão da Verdade tem que propiciar, pelo menos, condições para uma reparação que é no campo político, mas também no campo afetivo e emocional. Eu vejo a Isabel; a Isabel é a que menos fala. A Isabel não fala. E a Isabel tem que falar sim, sabe por que, Isabel? Porque, talvez, o trauma seja maior para você, do que para os outros.

Porque, tem um estudo do Conselho de Psicologia, dizendo que quanto mais jovem, quanto mais bebê é a vítima, o trauma é maior. Isso eu aprendi com o pessoal que estuda os efeitos e os traumas dessa tortura, que é física e psicológica. Então, isso aí vai ter uma audiência; uma, e eu acho que até mais, porque, pelo número de crianças, talvez vá exigir até uma semana de audiências, aqui, só para falar das crianças, das mães, e dessa relação. Como foi essa relação da maternidade; e dessas crianças.

Recentemente, eu acho que sempre nós temos que lembrar disso. Recentemente teve o suicídio do filho do Dermi Azevedo, o Cacá, que foi preso e foi torturado. Inclusive, torturado fisicamente com 1 ano e 8 meses, quando os pais foram, também, sequestrados.

Então, a gente tem que estar fazendo alguma coisa mais contundente; trazer, pelo menos, nos relatórios da Comissão da Verdade, para que essas páginas sejam inscritas na história oficial deste país.

Agora, quanto às buscas no cemitério, o cemitério da Vila Formosa, as primeiras vezes que eu estive lá, com outros familiares que não estão aqui, nós ouvimos uma história – isso, há muito tempo atrás – nós ouvimos uma história que lá, no Cemitério da Vila Formosa, tinha uma quadra que eles falavam: quadra dos terroristas. Os próprios coveiros chamavam de quadra dos terroristas; e, nessa quadra, era onde se sepultava muitos indigentes, ou desconhecidos, mas que vinham do Instituto Médico Legal com aquele sinal T, T de terrorista, que eles faziam essa anotação. Pelo que os sepultadores puderam falar com a gente. É a informação dos sepultadores dali. Coveiros, e aqueles jardineiros, também, porque tem o pessoal da jardinagem. Essa quadra foi desfeita.

Como o Domingos Galante falou, houve várias reformas, dentro do cemitério, para descaracterizar essas sepulturas, de maneira à gente nunca encontrar essas ossadas. Os restos mortais. Isso aí foi uma descaracterização, do meu modo de ver, por tudo que eu acompanhei, foi planejada, mesmo; quer dizer, você não noticia a morte, você oculta o cadáver, e ainda descaracteriza o cemitério, se, por acaso, alguém insistir em ir lá buscar o corpo.

Então, nós estamos vivendo essa situação.

O SR. – Amelinha, provavelmente esse caos de registro é também intencional.

A SRA. AMELINHA TELES – Eu acho que faz parte da estratégia do desaparecimento. A estratégia começa lá na Operação Bandeirante, passa pelo Instituto Médico Legal, passa por... Enfim, ela tem toda uma rede, aí, que vai ocultar essa história, esse cadáver. Eu acho que a repressão planejou tudo isso. Só não planejou, ou não conseguiu pensar, que a gente era muito persistente, que nós íamos continuar cobrando. Quarenta e tantos anos.

No caso do Virgílio, vai fazer 44 anos, este ano, que tudo isso aconteceu. E nós estamos aqui, falando como se tivesse acontecido ontem; e nós vamos estar, sempre,

falando. Na estratégia deles não tinha essa teimosia nossa, essa persistência nossa. Mas vamos continuar sendo persistentes.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu só queria, para concluir, eu acho que nós já estamos encerrando.

Eu só queria registrar o seguinte: quando nós estivemos lá, para identificar as quadras, Amelinha; as quadras - eu não vou exagerar porque não tenho com precisão - além das quadras confusas, e com tudo isso que o Domingos Galante fez, foi encontrada uma vala comum.

A SRA. AMELINHA TELES – Que eu, eu esqueci de falar, mas tinha uma vala, clandestina, segundo os coveiros, lá naquele tempo. Aquela mesma vala clandestina, que nós abrimos lá, em Perus, também tinha na Vila Formosa. E ela, segundo aqueles funcionários, mesmo nos anos 1990, eles diziam que tinha sido jogado ácido para aquelas ossadas desmancharem; não sei.

Agora, tem uma outra vala, que era onde era a administração do cemitério, que é essa que fizeram - em cima da vala, fizeram uma laje de cimento, e foi bem socado.

O SR. – No Cruzeiro, né? Ali no Cruzeiro?

A SRA. AMELINHA TELES – Ali no cruzeiro. Construíram um cruzeiro ali, e embaixo aquela vala clandestina, que, para mim, são duas. Eu penso, pelas informações. Aquela, e a outra. E a outra?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, era sobre isso que eu queria falar. Estou encaminhando um requerimento para que a gente, na Comissão da Verdade, lógico que nós vamos ter que analisar Perus, com todo o problema, que parou a identificação, mas eu acho que a gente tem que abrir um capítulo especial sobre Vila Formosa, que é muito mais mal documentado e estudado do que Perus, Vila Formosa.

Por que, então, por que, até então, o que aconteceu? Estava o Ministério Público Federal, estava a Polícia Federal, e aí foi sugerido que parasse a investigação, até a posse do novo Governo, pra saber qual era o novo Governo que iria assumir, era a Dilma que iria assumir? Foi nos últimos dias do Governo Lula, para ver qual seria a orientação da Polícia Federal, da investigação. Então, tudo cessou, para que fosse

retomado no ano passado. O ano passado acabou, 2012. Já começou 2013 e nunca mais se tocou no assunto. Então, eu estou fazendo um requerimento para a retomada da questão de Vila Formosa.

Alguém mais gostaria de falar alguma coisa? Alguma questão da Mesa? Não?

Dona Hilda, eu queria agradecer a sra.; seus filhos; e nós vamos retomar essa história, por recomendação e orientação... O jornalista Antonio Carlos Fon volta a depor, junto com o Celso Horta e a Cida.

E, outras pessoas que estiverem faltando, nós vamos retomar. Então, muito obrigado para a senhora...

A SRA. AMELINHA TELES – Adriano, eu só queria fazer, como resolução aqui...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Com a palavra, Amelinha.

A SRA. AMELINHA TELES – Além de ter a oitiva do Antonio Carlos Fon; do Celso Horta; e outros; inclusive; os outros irmãos da família Virgílio, para dar o depoimento.

Quer dizer, que essa audiência do Virgílio, tivesse uma outra, a ser combinada, e que fizesse, também, a gente já tivesse uma articulação para ver quem é o Risadinha. Ele é funcionário estadual ou federal? Para a gente fazer a convocação pela Comissão Estadual, ou articulado com a Comissão Nacional, dependendo do vínculo que ele tem...

O SR. ANTONIO CARLOS FON – Ele era funcionário público estadual, ele era sargento da PM. A última informação que se tem, ele se aposentou e estaria morando na região de Piracicaba. Mas, são informações que precisam ser confirmadas. Não sei se está vivo...

A SRA. AMELINHA TELES – Para poder fazer a convocação. Ele tinha que ser convocado, aqui, pra vir à Comissão, para esclarecer. Eu acho que, talvez, pela situação, também, eu já falei, além da audiência pública das crianças - e essa aí a gente vai organizar - mas também que tivesse audiência sobre a situação dos cemitérios, e que chamasse a procuradora da república que estava à frente do inquérito policial, sobre o caso do Virgílio Gomes da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS FON – Me permite? Me permite?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Antonio Carlos Fon. O Antonio Carlos Fon vai falar.

O SR. ANTONIO CARLOS FON – Eu sugeriria que se oficiasse um Comando da PM, que tem o controle, tanto dos ativos, quanto dos inativos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Para encaminhamento. Para identificação, junto ao Comando da PM.

Aqui, nós vamos parando por aqui. E vamos, agora, pegar o caso, para analisar, do Aluísio Palhano.

Obrigado.

* * *